

2016

**DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS DO PRIMEIRO
TRIMESTRE (1T16)**

1T16: 162,0 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS, REC. DE PEDÁGIO DE R\$ 621,2 MILHÕES (3,7%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 402,8 MILHÕES (10,1%) E LUCRO LÍQUIDO R\$ 13,5 MILHÕES

São Paulo, 13 de maio de 2016 – Arteris S.A. – (Novo Mercado da BM&FBovespa: ARTR3) anuncia seus resultados consolidados do 1T16, período encerrado em 31 de março de 2016. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária.

DESTAQUES 1T16

- Tráfego Pedagiado:** 162,0 milhões de veículos equivalentes registrados no 1T16, com queda de 7,1% na comparação com o 1T15. A variação está associada à retração econômica observada no país no período e a não cobrança desde abril dos eixos suspensos de veículos pesados vazios nas rodovias federais. Caso está cobrança estivesse em vigor, o tráfego pedagiado teria decrescido 4,1% no 1T16.
- Receita de Pedágio:** Totalizou R\$ 621,2 milhões no trimestre com crescimento de 3,7% em relação ao 1T15. Apesar da queda do tráfego, a Receita de Pedágio se manteve positiva, devido aos reajustes de tarifas entre os períodos — em algumas concessões federais acima da inflação, em função de reequilíbrios.
- EBITDA e EBITDA Ajustado:** EBITDA registrou uma queda de 3,0% em relação ao 1T15, ficando em R\$ 328,6 milhões. O EBITDA ajustado teve alta de 10,1%, com R\$ 402,8 milhões e margem de 69,9%.
- Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 5,9 bilhões ao final do 1T16, com um aumento de 4,3% em relação ao 4T15. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 4,17x.
- Investimentos:** Foram desembolsados R\$ 334,1 milhões no trimestre em investimentos nas rodovias, principalmente nas rodovias federais.
- Lucro Líquido:** Totalizou R\$ 13,5 milhões no trimestre. Os resultados estão associados a atividade econômica e também à maior depreciação e ao resultado financeiro, impactado pelo aumento do endividamento e dos juros.



BM&FBovespa: ARTR3
Bloomberg: ARTR3 BZ
Thomson Reuters: ARTR.BR

Atualização em 12/05/2016
Preço Fech.: R\$ 9,97 por ação
Valor de Mercado: R\$ 3,4 bilhões

Indicadores Financeiros	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
Veículos equivalentes (Mil)	161.969	171.013	174.440	-5,3%	-7,1%
Receita de pedágio (R\$ Mil)	621.200	624.263	599.007	-0,5%	3,7%
Receita líquida (R\$ Mil)	877.267	960.632	918.929	-8,7%	-4,5%
EBITDA (R\$ Mil)	328.564	269.521	338.869	21,9%	-3,0%
EBITDA Ajustado (R\$ Mil) ¹	402.773	352.710	365.707	14,2%	10,1%
Lucro líquido (R\$ Mil)	13.502	(11.993)	56.732	n.d.	-76,2%
Margem EBITDA *	57,0%	46,9%	59,9%	10,1 p.p.	-2,8 p.p.
Margem EBITDA ajustado*	69,9%	61,4%	64,6%	8,6 p.p.	5,3 p.p.
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	2.259.512	2.244.849	2.185.509	0,7%	3,4%
Ativos totais (R\$ Mil)	10.266.410	10.081.570	9.417.105	1,8%	9,0%
Dívida bruta / Capitalização total ²	74,3%	74,0%	72,8%	0,3 p.p.	1,5 p.p.
Dívida líquida (R\$ Mil)	5.902.963	5.657.831	4.657.952	4,3%	26,7%
Dívida líquida / EBITDA ajustado excl. ônus fixo ³	4,17	4,10	3,23	0,1	0,9

¹ Considera ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias.

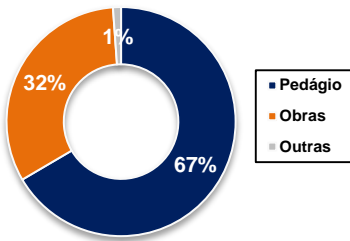
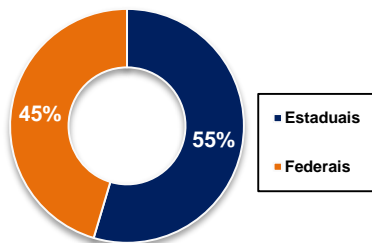
² Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta

³ EBITDA Ajustado acumulado nos últimos 12 meses

* Margem EBITDA baseada na Receita Operacional Líquida, excluindo Receitas de Construção

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	933.043	1.015.880	974.041	-8,2%	-4,2%
Receitas de pedágio	621.200	624.263	599.007	-0,5%	3,7%
Estaduais	339.189	370.287	333.985	-8,4%	1,6%
Autovias	81.977	88.505	81.392	-7,4%	0,7%
Centrovias	89.348	96.939	86.970	-7,8%	2,7%
Intervias	91.704	101.337	90.839	-9,5%	1,0%
Vianorte	76.160	83.506	74.784	-8,8%	1,8%
Federais	282.011	253.976	265.022	11,0%	6,4%
Planalto Sul	30.639	26.966	28.283	13,6%	8,3%
Fluminense	46.494	43.464	44.646	7,0%	4,1%
Fernão Dias	63.178	61.539	61.539	2,7%	2,7%
Régis Bittencourt	78.197	65.936	70.803	18,6%	10,4%
Litoral Sul	63.503	56.071	59.751	13,3%	6,3%
Outras receitas	10.586	5.751	21.993	84,1%	-51,9%
Receitas de obras	301.257	385.866	353.041	-21,9%	-14,7%
DEDUÇÕES DA RECETA	(55.776)	(55.248)	(55.112)	1,0%	1,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	877.267	960.632	918.929	-8,7%	-4,5%
CUSTOS E DESPESAS	(548.703)	(691.111)	(580.060)	-20,6%	-5,4%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(139.213)	(166.054)	(154.551)	-16,2%	-9,9%
Custo dos serv. de construção	(301.257)	(385.866)	(353.041)	-21,9%	-14,7%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(30.523)	(59.613)	(40.210)	-48,8%	-24,1%
Remuneração da administração	(5.033)	(3.116)	(5.671)	61,5%	-11,3%
Despesas tributárias	(111)	(683)	(854)	-83,7%	-87,0%
Provisão para manutenção em rodovias	(74.209)	(83.189)	(26.838)	-10,8%	176,5%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.643	7.410	1.105	-77,8%	48,7%
EBITDA	328.564	269.521	338.869	21,9%	-3,0%
Margem EBITDA*	57,0%	46,9%	59,9%		
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(141.475)	(142.417)	(124.126)	-0,7%	14,0%
Depreciações e amortizações	(141.475)	(142.417)	(124.126)	-0,7%	14,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(152.132)	(145.647)	(121.720)	4,5%	25,0%
Receitas financeiras	28.749	32.127	47.383	-10,5%	-39,3%
Despesas financeiras	(208.515)	(177.943)	(169.042)	17,2%	23,4%
Variação cambial, líq.	27.634	169	(61)		
LUCRO ANTES DOS EFITOS TRIBUTÁRIOS	34.957	(18.543)	93.023	n.d.	-62,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(21.455)	6.550	(36.291)	n.d.	-40,9%
Corrente	(53.139)	(42.955)	(46.302)	23,7%	14,8%
Diferido	31.684	49.505	10.011	-36,0%	216,5%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	13.502	(11.993)	56.732	n.d.	-76,2%

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

**Composição da Receita Bruta
1T16**

**Composição da Receita de Pedágio
1T16**


Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Bruta de Serviços

No primeiro trimestre de 2016, a Arteris registrou na linha da **receita bruta** um montante de **R\$ 933,4 milhões** com uma **queda** de **4,2%** em relação ao mesmo período do ano passado.

Este total foi composto da seguinte maneira:

- ▮ **Receitas de pedágio** foram de **R\$ 621,2 milhões** e representaram 67% do faturamento da Companhia no trimestre registrando um **crescimento** de **3,7%** na comparação com o 1T15;
- ▮ As **Receita de Obras** registraram uma redução de **14,7%**, totalizando **R\$ 301,3 milhões** ou 32% do total das Receitas e refletiram os investimentos destinados à melhoria da infraestrutura das rodovias do grupo. A queda nessa rubrica se deve ao aumento dos investimentos relacionados à obras de manutenção, os quais não são contabilizados nessa linha;
- ▮ E, as **“outras receitas”**, que representam aproximadamente 1% da receita total, foram de **R\$ 10,6 milhões** e são compostas de receitas acessórias das concessões de rodovias.

Receita de Pedágio

A **receita de pedágio** da Arteris no 1T16 apresentou com **aumento** de **3,7%** em relação ao 1T15, apesar da forte retração do tráfego apresentado no período. Esse aumento foi proveniente dos reajustes de tarifas aplicados em todas as concessões, sendo que dentre as rodovias federais algumas obtiveram reajustes superiores à inflação em função de reequilíbrios dos contratos provenientes de aditivos.

As **rodovias estaduais** registraram **R\$ 339,2 milhões** no 1T16 e foram responsáveis por 55% do total das receitas com pedágios. A receita apresentou um **leve aumento** na comparação trimestral (+1,6%), pois apesar da retração do volume de tráfego pedagiado de 2,5%, foi balanceada pelo aumento da tarifa média (+4,2%) no período.

Já as **rodovias federais**, encerraram o trimestre contribuindo com R\$ 282,0 milhões, **crescimento de 6,4%**, mesmo com a queda do tráfego no período, os reajustes tarifários acima da inflação fizeram com que essa rubrica apresentasse aumento frente ao valor contabilizado no 1T15 .

Tráfego Pedagiado: O **volume total** de tráfego pedagiado da Companhia no **1T16**, foi de **161.969 mil veículos equivalentes**, queda de **7,1%** em relação ao 1T15.

Veículos Equivalentes (Mil)	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
Estaduais	47.789	52.197	49.018	-8,4%	-2,5%
Autovias	10.910	11.844	11.352	-7,9%	-3,9%
Centrovias	13.165	14.261	13.287	-7,7%	-0,9%
Intervias	15.015	16.595	15.488	-9,5%	-3,1%
Vianorte	8.699	9.497	8.891	-8,4%	-2,2%
Federais	114.180	118.816	125.422	-3,9%	-9,0%
Planalto Sul	6.382	6.436	6.894	-0,8%	-7,4%
Fluminense	10.958	11.431	12.225	-4,1%	-10,4%
Fernão Dias	35.138	37.827	38.447	-7,1%	-8,6%
Régis Bittencourt	31.259	32.737	35.393	-4,5%	-11,7%
Litoral Sul	30.444	30.385	32.463	0,2%	-6,2%
Total	161.969	171.013	174.440	-5,3%	-7,1%

**Composição do Tráfego
(Veículos Equivalentes)
1T16**


A elevada queda observada no volume de veículos pedagiados nos últimos trimestres deve a retração do ambiente econômico no país que tem se convertido numa redução do produto interno bruto, principalmente no que se refere à produção industrial. O impacto desta retração é notado na acentuada queda de tráfego pesado, principalmente em nossas rodovias federais, as quais são compostas em média por 66% de veículos equivalentes pesados, em comparação aos 60% nas rodovias estaduais.

Outro fator que contribuiu para a queda do tráfego foi a aplicação desde abril de 2015 da Lei dos Caminhoneiros, que cessou a cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados vazios nas rodovias federais e que foi reequilibrada em tarifa na última revisão ordinária contratual, já em vigor em 2016. **Caso esta lei não estivesse em vigor, o tráfego pedagiado das rodovias federais teria registrado no trimestre um decréscimo de 4,7% em relação ao 1T15 e de 4,1% no consolidado do grupo.**

A **composição do tráfego pedagiado** (medida em veículos equivalentes) no 1T16 foi de **59,9%** de **veículos pesados** e **40,1%** de **veículos leves** nas **concessões estaduais**; e de **66,1%** de **veículos pesados** e **33,9%** de **veículos leves** nas **concessões federais**.

Tarifa Média: A **tarifa média consolidada** praticada pela Arteris em suas praças de pedágio no 1T16 foi de **R\$ 3,84**, representando um **incremento de 11,7%** em relação à tarifa média do 1T15.

Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

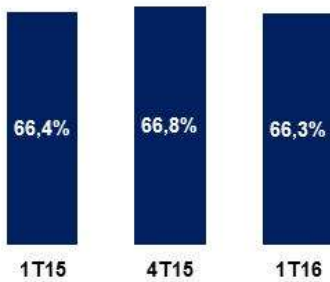
Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
Estaduais	7,10	7,09	6,81	0,1%	4,2%
Autovias	7,51	7,47	7,17	0,6%	4,8%
Centrovias	6,79	6,80	6,55	-0,2%	3,7%
Intervias	6,11	6,11	5,87	0,0%	4,1%
Vianorte	8,76	8,79	8,41	-0,4%	4,1%
Federais	2,47	2,14	2,11	15,5%	16,9%
Planalto Sul	4,80	4,19	4,10	14,6%	17,0%
Fluminense	4,24	3,80	3,65	11,6%	16,2%
Fernão Dias	1,80	1,63	1,60	10,5%	12,3%
Régis Bittencourt	2,50	2,01	2,00	24,2%	25,1%
Litoral Sul	2,09	1,85	1,84	13,0%	13,3%
Total	3,84	3,65	3,43	5,1%	11,7%

Em julho de 2015, o governo do Estado de São Paulo **autorizou o reajuste anual** aplicado às tarifas das **concessões estaduais**, de acordo com a variação acumulada do IGP-M do período, de **4,11%**, conforme prevê o contrato de concessão. Em **média**, as tarifas das concessões estaduais ficaram em **R\$ 7,10** no trimestre.

Já as concessionárias federais, tiveram todos os reajustes de tarifa conforme preveem os respectivos contratos de concessões, levando-se em consideração a variação acumulada do IPCA no período que foi de 10,1%, reequilíbrios financeiros dos contratos de concessão referente a lei dos caminhoneiros (em vigor desde abril de 2015), além de incrementos adicionais para remunerar os investimentos (aditivos) na Autopista Régis Bittencourt e Autopista Planalto Sul, de maior relevância.

A tarifa média consolidada do 1T16 para as concessões federais foi de **R\$2,47**, **16,9%** superior à cobrada no 1T15;

AVI Estaduais



Meios Eletrônicos: No 1T16, a receita com cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 66,3% da arrecadação, contra 66,4% no 1T15. Nas concessionárias federais, o percentual médio da receita com cobrança eletrônica foi de 53,0% no 1T16 contra o 53,0% no 1T15.

Receita de Obras

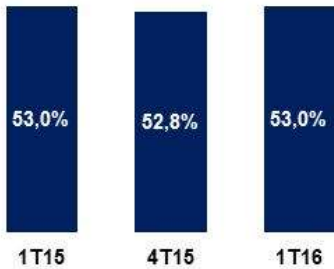
Foram de R\$ 301,3 milhões (-14,7%) no 1T16. Vale ressaltar que, as receitas de obras representam, de forma contábil e sem efeito caixa, os investimentos da Companhia — adição de ativos intangíveis — na infraestrutura de suas rodovias, sendo que, atualmente praticamente todo ele direcionado às concessões federais. A redução nesta rubrica pode ser observada, pois parte do aumento nos investimentos está relacionado às obras de manutenção que não interferem na apuração desta linha.

Outras Receitas

As **outras receitas** são compostas exclusivamente de **receitas acessórias** oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas.

No 1T16 as outras receitas registraram um montante de **R\$ 10,6 milhões** uma queda de 51,9% comparada ao 1T15, que pode ser explicada pela cobrança retroativa (desde 2008 a 2014) neste trimestre no valor de R\$ 13,5 milhões referente ao uso da faixa de domínio da Autopista Litoral Sul por empresas de telecomunicações.

AVI Federais



Custos e Despesas

O **total geral de custos e despesas**, o que inclui itens não caixa — custos de construção, provisões, depreciações e amortizações, apresentaram uma **queda de 1,9%** comparado com o 1T15, com um montante de **R\$ 690,2 milhões** e foram impactados:

- (i) **pela redução de 13,5%** ou R\$ 26,9 milhões no **custo caixa**;
- (ii) pelo aumento de R\$ 47,4 milhões em **provisão para manutenção em rodovias**;
- (iii) pelo aumento de R\$17,3 milhões em **depreciação e amortização**; e
- (iv) pela redução de R\$ 51,8 milhões nos **custos dos serviços de construção**.

Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil)	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15	Var. Nominal 1T16/1T15
Serviços de terceiros	(47.721)	(52.130)	(48.363)	-8,5%	-1,3%	642
Pessoal	(49.564)	(66.546)	(57.311)	-25,5%	-13,5%	7.747
Conservação	(31.133)	(33.283)	(30.372)	-6,5%	2,5%	(761)
Verba de fiscalização	(11.268)	(10.374)	(10.242)	8,6%	10,0%	(1.026)
Custos com Poder Concedente	(5.470)	(5.952)	(5.364)	-8,1%	2,0%	(106)
Seguros e garantias	(6.062)	(6.087)	(6.401)	-0,4%	-5,3%	339
Remuneração da administração	(5.033)	(3.116)	(5.671)	61,5%	-11,3%	638
Consumo	(11.921)	(13.921)	(12.038)	-14,4%	-1,0%	117
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	340	(1.694)	(1.043)	-120,1%	-132,6%	1.383
Despesas tributárias	(111)	(683)	(854)	-83,7%	-87,0%	743
Transportes	(9.660)	(10.494)	(10.454)	-7,9%	-7,6%	794
Outras despesas operacionais, liq.	4.366	(17.776)	(12.068)	-124,6%	-136,2%	16.434
Subtotal (Custo Caixa)	(173.237)	(222.056)	(200.181)	-22,0%	-13,5%	26.944
% Custo Caixa / Receita Líquida (ex-construção)	30,1%	38,6%	35,4%	-8,6 p.p.	-5,3 p.p.	-5,3 p.p.
Custo dos serviços de construção	(301.257)	(385.866)	(353.041)	-21,9%	-14,7%	51.784
Provisão p/ manutenção em rodovias	(74.209)	(83.189)	(26.838)	-10,8%	176,5%	(47.371)
Depreciação e Amortização	(141.475)	(142.417)	(124.126)	-0,7%	14,0%	(17.349)
Total	(690.178)	(833.528)	(704.186)	-17,2%	-2,0%	14.008

Entre as **principais variações dos custos caixa** entre os períodos, destaca-se:




- Custos com serviços de terceiros:** Os custos com serviços de terceiros apresentaram uma queda (-1,3%) em relação ao 1T15, totalizando R\$47,7 milhões. Mesmo com o reajuste dos contratos pela inflação, a melhora está diretamente relacionada às iniciativas do programa de eficiências em curso no grupo, como por exemplo, o sistema de leilões eletrônicos para contratação de terceiros e a um intenso trabalho de renegociação de contratos de prestação de serviços devido a situação econômica atual. Contribuiu também para a redução destes custos a internalização de arrecadadores terceirizados da Autopista Planalto Sul em abril de 2015, custos que passaram a compor os custos de pessoal desde então.
- Custos com pessoal:** Foram gastos R\$ 49,5 milhões uma retração de 13,5% no trimestre. Essa queda se deve a algumas reestruturações funcionais no quadro de pessoal e também a reversão de parte do pagamento de participação nos lucros já que não houve o alcance total das metas estipuladas. Além disso foi feita uma constituição de crédito de INSS, em função do pagamento de encargos sobre determinadas verbas da folha de pagamento sobre as quais existe entendimento jurídico de que este encargo não é devido. O alcance do crédito constituído engloba pagamentos realizados nos últimos cinco anos. Esse crédito será consumido através de compensação com os pagamentos de INSS recorrentes mensais. Vale ressaltar também que no 1T15, o dissídio coletivo havia entrado em

- ✚ vigor no mês de março, já em 2016 entrou em vigor no mês de abril retroativo ao mês de março.
- ✚ **Conservação:** Registrou um aumento de 2,5% comparado ao 1T15, totalizando R\$ 31,1 milhões. Este é um custo de natureza variável sendo dependente do volume de intervenções no pavimento e na infraestrutura das rodovias e das condições climáticas das regiões onde existem intervenções.
- ✚ **Verba de Fiscalização:** Corresponde aos valores pagos pelas rodovias federais ao poder concedente (ANTT) e são reajustados anualmente pelo IPCA. Neste sentido, registraram um aumento de 10,0% em relação ao mesmo período do ano passado totalizando R\$ 11,3 milhões no trimestre.
- ✚ **Custos com o poder concedente:** Referem-se aos repasses das concessões estaduais ao poder concedente do Estado de São Paulo (ARTESP) correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio destas rodovias, neste trimestre totalizaram R\$ 5,5 milhões.
- ✚ **Seguros e Garantias:** Tratam-se basicamente de apólices de seguros de riscos de engenharia, riscos de frota e seguro-garantia, totalizando R\$ 6,1 milhões no 1T16, queda de 5,3% comparada ao 1T15, devido a melhora nas negociações de renovação dos contratos.
- ✚ **Remuneração da Administração:** Correspondeu a um total de R\$5,0 milhões no 1T16, tendo sofrido uma queda em relação ao mesmo período do ano anterior, em função de processos de reorganização da estrutura organizacional da Companhia, como a redução do quadro de diretores estatutários da *holding*.
- ✚ **Consumo:** Referem-se a gastos com telefonia, iluminação e energia elétrica das unidades de negócio, praças de pedágios e trechos de rodovias, material de consumo administrativo (como material de escritório), material de sinalização (como cones, faixas utilizadas em operações especiais) e materiais para uso em campanhas de trânsito (panfletos e publicações). No 1T16 essa linha se manteve praticamente estável (-1%), totalizando R\$ 11,9 milhões no trimestre.
- ✚ **Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais:** Os valores contabilizados estão relacionados à expectativa de perda provável dos processos em que a Arteris e suas controladas são parte. No 1T16 este montante foi de R\$0,3 milhão essa queda está relacionada a mudança no prognóstico feito pelos advogados em relação aos processos em andamento.
- ✚ **Transportes:** Esta rubrica contempla os gastos com combustíveis, aluguel e manutenção de frota de veículos leves (inspeção de tráfego, veículos administrativos e veículos de resgate próprios) e pesados (guinchos, caminhões pipa e combate a incêndio, apreensão de animais entre outros) de todas as concessionárias do grupo. No 1T16, essa rubrica totalizou R\$ 9,7 milhões, com uma redução de 7,6% em relação ao 1T15, essa retração pode ser explicada por uma redução na frota de veículos em função de otimização e também melhora no consumo de combustível pela evolução no processo de gerenciamento.
- ✚ **Outras despesas operacionais:** Referem-se a outros itens relacionados à operação das concessionárias da Companhia, além dos resultado dos serviços de obras das construtoras do grupo, prestados exclusivamente para a Arteris. O

resultado das construtoras do grupo compõe o total de “outras despesas operacionais” e é de caráter variável, dependendo do volume de obras contratadas pelas concessionárias da Arteris em detrimento às construtoras terceirizadas.

Nesse trimestre o valor contabilizado foi de R\$ 4,4 milhões, uma retração de R\$ 16,2 milhões comparado com o 1T15. Uma das razões desta redução foi o aumento de R\$ 19,2 milhões na margem operacional das construtoras controladas, que passaram de uma margem negativa de R\$ 0,4 milhões no 1T15 para R\$ 18,7 milhões positivos nesse trimestre.

Em relação aos “custos não caixa” destaca-se:

-  **Custos dos serviços de construção:** Da mesma forma e no mesmo valor das Receitas de Obras, estão relacionados à representação contábil dos investimentos da Companhia em ativos intangíveis — em sua quase totalidade direcionados a melhorias da infraestrutura das rodovias federais. Foram R\$ 301,3 milhões no 1T16 (-14,7%).
-  **Provisões para manutenção:** Referem-se à constituição de reservas relacionadas a desembolsos futuros para obras de manutenção e renovação de pavimentos nas rodovias sob concessão. A Companhia ajusta trimestralmente os montantes provisionados na medida em que revê e atualiza as expectativas em relação ao momento e aos valores que serão desembolsados. O valor constituído no 1T16 foi de R\$ 74,2 milhões, um aumento de R\$ 47,4 milhões quando comparado ao 1T15, esse aumento está relacionado ao último ciclo de manutenção das concessionárias estaduais antes do término do contrato de concessão.
-  **Depreciações e amortizações:** Relacionam-se à adoção de regras do IFRS que determinam a amortização por completo de ativos intangíveis até o final do período de concessão. No 1T16, o total registrado foi de R\$ 141,5 milhões, crescimento de 14,0%. Essa alta está relacionada ao aumento da base de instangíveis devido aos investimentos da Companhia.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA da Arteris no 1T16 totalizou R\$ 328,6 milhões, uma redução de 3,0% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior. Quanto ao EBITDA ajustado pela provisão para manutenção de rodovias, que não tem “efeito caixa”, esse registrou um montante de R\$ 402,8 milhões no 1T16, crescimento de 10,1% comparado ao 1T15. Em relação às margens, houve uma queda do percentual no trimestre para a Margem EBITDA (-2,8p.p). Já para a Margem EBITDA ajustada houve um crescimento (5,3p.p).

Os principais fatores que levaram ao crescimento de R\$37,1 milhões (10,1%) do EBITDA ajustado foram:

- (i) Alta na receita de pedágio, pois mesmo com a queda do tráfego, foram compensadas pelo reajuste na tarifa;
- (ii) Queda de R\$20,5 milhões no custo caixa, conforme já explicado anteriormente.

EBITDA					
(Em milhares de reais)					
	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	877.267	960.632	918.929	-8,7%	-4,5%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(548.703)	(691.111)	(580.060)	-20,6%	-5,4%
EBITDA ¹	328.564	269.521	338.869	21,9%	-3,0%
Margem EBITDA*	57,0%	46,9%	59,9%	10,1 p.p.	-2,8 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	74.209	83.189	26.838	-10,8%	176,5%
EBITDA Ajustado ²	402.773	352.710	365.707	14,2%	10,1%
Estaduais	250.073	265.491	242.460	-5,8%	3,1%
Federais	134.072	86.351	125.829	55,3%	6,6%
Holding	(101)	5.780	(2.153)	-101,7%	-95,3%
Construtoras	18.729	(4.912)	(429)	-481,3%	-4465,7%
<i>Margem EBITDA Ajustada*</i>	<i>69,9%</i>	<i>61,4%</i>	<i>64,6%</i>	<i>8,6 p.p.</i>	<i>5,3 p.p.</i>

* A Margem EBITDA e margem EBITDA ajustada, considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01).

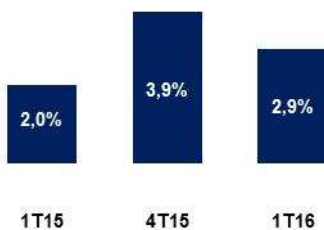
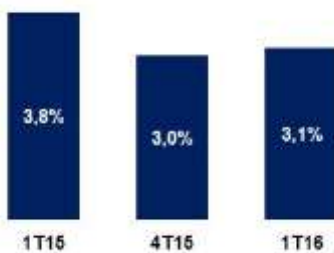
Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas da Arteris para o 1T16:

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas ¹			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustada*
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	75.432	5.047	80.479	(46.696)	(5.047)	(51.743)	28.736	(31.435)	60.171	79,8%
Centrovias	82.180	2.044	84.224	(19.246)	(2.044)	(21.290)	62.934	(4.228)	67.162	81,7%
Intervias	85.057	13.428	98.485	(30.190)	(13.428)	(43.618)	54.867	(11.750)	66.617	78,3%
Vianorte	69.907	1.999	71.906	(16.956)	(1.999)	(18.955)	52.951	(3.172)	56.123	80,3%
Estaduais	312.576	22.518	335.094	(113.088)	(22.518)	(135.606)	199.488	(50.585)	250.073	80,0%
Planalto Sul	28.146	41.169	69.315	(19.563)	(41.169)	(60.732)	8.583	(3.279)	11.862	42,1%
Fluminense	42.572	82.552	125.124	(22.677)	(82.552)	(105.229)	19.895	(3.050)	22.945	53,9%
Fernão Dias	59.997	21.136	81.133	(43.730)	(21.136)	(64.866)	16.267	(8.311)	24.578	41,0%
Régis Bittencourt	71.890	72.271	144.161	(33.686)	(72.271)	(105.957)	38.204	(4.944)	43.148	60,0%
Litoral Sul	60.829	61.611	122.440	(33.330)	(61.611)	(94.941)	27.499	(4.040)	31.539	51,8%
Federais	263.434	278.739	542.173	(152.986)	(278.739)	(431.725)	110.448	(23.624)	134.072	50,9%
Total Concessionárias	576.010	301.257	877.267	(266.074)	(301.257)	(567.331)	309.936	(74.209)	384.145	66,7%
Arteris Holding	0	0	0	(99)	0	(99)	(99)	0	(99)	
Construtoras	0	72.510	72.510	0	(53.783)	(53.783)	18.727	0	18.727	
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação		(72.510)	(72.510)	18.727	53.783	72.510	0	0	0	
Total	576.010	301.257	877.267	(247.446)	(301.257)	(548.703)	328.564	(74.209)	402.773	69,9%

¹ Exclui Depreciação e Amortização

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

Taxa DI (média trimestral)

IGP-M (trimestral)

IPCA (trimestral)


Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
Receitas Financeiras	28.749	32.127	47.383	-10,5%	-39,3%
Juros Ativos	0	(2.167)	1.088	-	-
Aplicações Financeiras	23.146	32.786	41.170	-29,4%	-43,8%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	735	368	3.677	99,7%	-80,0%
Ganho com Variação Cambial	0	0	0	-	-
Outras Receitas	4.868	1.140	1.448	327,0%	236,2%
Despesas Financeiras	(208.515)	(177.943)	(169.042)	17,2%	23,4%
Encargos Financeiros	(140.042)	(141.739)	(137.407)	-1,2%	1,9%
Atualização do Ônus da Concessão	(6.674)	(7.995)	(6.037)	-16,5%	10,6%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	(10.886)	(12.158)	(20.279)	-10,5%	-46,3%
Perdas em operações de sw ap	(32.108)	0	0	-	-
Perdas no ajuste de valor de mercado de derivativos	(5.686)	0	0	-	-
Outras Despesas	(13.119)	(16.051)	(5.319)	-18,3%	146,6%
Variação Cambial, liq.	27.634	169	(61)	16251,5%	-45401,6%
Resultado Financeiro	(152.132)	(145.647)	(121.720)	4,5%	25,0%

O **resultado financeiro líquido** da Arteris apresentou uma **variação de 4,5%** quando comparado ao 4T15 registrando um montante negativo de **R\$ 152,1 milhões** no 1T16 frente ao **total de R\$ 145,7 milhões** apresentado no trimestre anterior, em função das seguintes variações:

- As **Receitas Financeiras** totalizaram no 1T16 **R\$ 28,7 milhões** e apresentaram **redução de 10,5%**, principalmente em função de um menor saldo de caixa aplicado no período.
- As **despesas financeiras** tiveram um **crescimento de 17,2%**, ficando em **R\$ 208,5 milhões**, explicado principalmente pelas perdas em operações de swap e pelas perdas no ajuste de valor de mercado de derivativos, referentes ao empréstimo 4131 (para maiores informações, ver no capítulo do “Endividamento”, as quais foram em grande parte compensadas pelos ganhos com a variação cambial. Além disso, na rubrica de outras despesas, o saldo refere-se basicamente a incidência das alíquotas de PIS e Cofins sobre as receitas financeiras.

Lucro Líquido

No 1T16 o lucro líquido da Arteris **foi de R\$ 13,5 milhões**, redução de 76,2% comparado ao 1T15.

Os principais fatores para a queda no lucro foram o aumento na provisão para manutenção relacionado ao último ciclo de manutenção das concessões estaduais antes do término do contrato, além das **maiores taxas de juros** e a **incidência da cobrança das alíquotas de PIS e Cofins** a partir de julho, o que gerou um **pior resultado financeiro**.

Endividamento

Em 31 de março de 2016, a **dívida líquida** da Companhia totalizou **R\$ 5,9 bilhões**, com **aumento de 4,3%** ou R\$ 245,1 milhões em relação a 31 de dezembro de 2015.

Endividamento (Em milhares de reais)	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
Dívida Bruta	6.532.975	6.386.403	5.855.332	2,3%	11,6%
Curto Prazo	2.372.179	1.961.411	1.106.676	20,9%	114,4%
Longo Prazo	4.160.796	4.424.992	4.748.656	-6,0%	-12,4%
Posição de Caixa	630.012	728.572	1.197.380	-13,5%	-47,4%
Caixa e equivalentes de caixa	498.757	488.529	1.094.166	2,1%	-54,4%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	131.255	240.043	103.214	-45,3%	27,2%
Dívida Líquida	5.902.963	5.657.831	4.657.952	4,3%	26,7%

¹ Curto e longo prazos

Este aumento, em relação ao trimestre anterior, está associado principalmente à:

- **Aumento de R\$ 245,1 milhões do endividamento bruto**, relacionado às seguintes movimentações:
 - i. Novos financiamentos na modalidade Lei 4131 na *holding* no valor de R\$ 388,8 milhões;
 - ii. Amortização de R\$ 50,3 milhões referentes a financiamentos BNDES;
 - iii. Amortização de R\$ 191,3 milhões de debêntures;
 - iv. Juros pagos referentes às debêntures e ao financiamento BNDES no valor de R\$ 233,6 milhões;
 - v. R\$ 233,0 milhões relativos a juros acruados nas operações de financiamento da Companhia

- **Redução de R\$ 98,6 milhões na posição de caixa** (caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras vinculadas), em função da destinação de recursos para o plano de obras da Companhia e à amortização de financiamentos e pagamento de juros durante o período.

Financiamentos 4131: Nos meses de fevereiro e março de 2016 a Companhia contratou dois empréstimos sob a lei 4131 junto ao *ScotiaBank*, em dólares convertidos em reais “*swap*”, o primeiro no valor de R\$ 205,7 milhões ao custo de CDI+1,85% a.a. com vencimento em agosto de 2016 e o segundo no valor de R\$ 183 milhões ao custo de CDI+2,15% a.a. com vencimento em setembro de 2016.

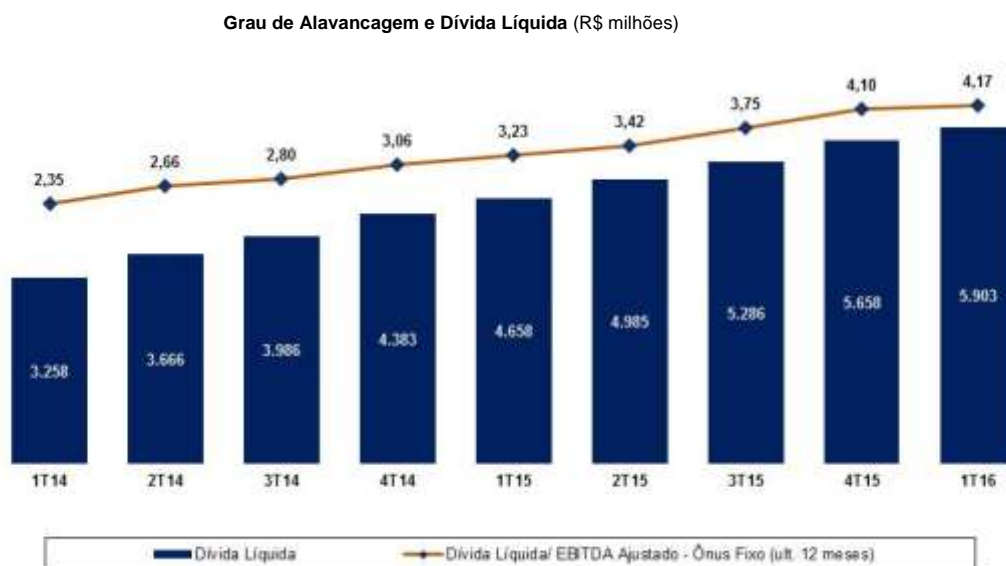
Empréstimos BNDES: A Arteris conta com recursos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, **todas as 5 concessionárias federais contam com linhas de financiamento** de longo prazo aprovadas, **garantindo** os recursos necessários para a **implantação das principais obras** contratuais.

Até 31 de março de 2016 foram **desembolsados** aproximadamente **R\$ 3,5 bilhões** referentes a empréstimos do BNDES, restando, portanto, um **saldo** a utilizar de **R\$ 222,8 milhões**.

BNDES FINEM (R\$ Mil)			
31/03/2016			
Concessionárias	Total Contratado	Total Tomado	Saldo Disponível
Total	3.763.122	3.540.320	222.802
Planalto Sul	399.917	381.098	18.819
Fluminense	780.819	762.136	18.683
Fernão Dias	702.754	702.754	-
Régis Bittencourt	1.069.495	1.069.495	-
Litoral Sul	810.137	624.837	185.300

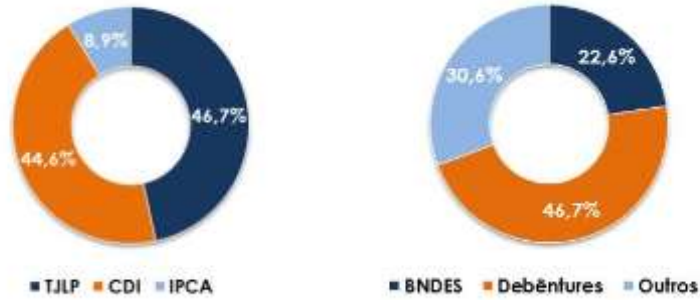
A seguir maiores detalhes sobre as características do endividamento da Companhia:

A dívida líquida no final do 1T16 representou 4,17 vezes o EBITDA ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses, representando um aumento do nível de alavancagem da Companhia em comparação ao patamar registrado no trimestre anterior que havia sido de 4,10 vezes.



Ao final do 1T16, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 6,5 bilhões, sendo que deste montante 46,7% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 44,6% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 8,9% a contratos atrelados ao IPCA.

Perfil da Dívida Bruta (%)



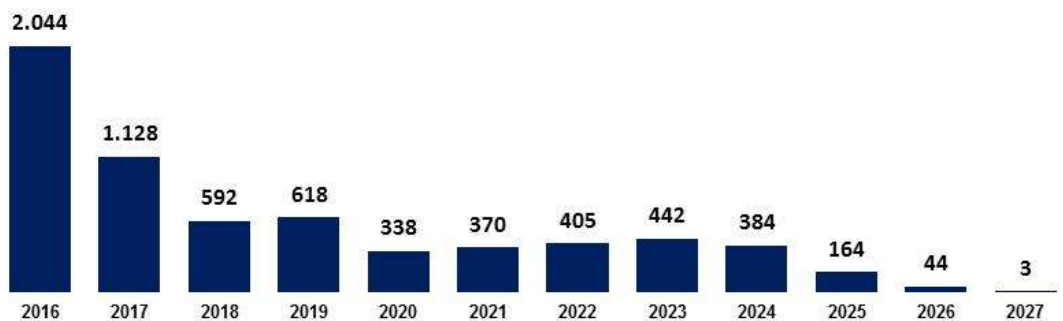
Endividamento Bruto (Em milhares de reais)	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
Indexador					
TJLP	3.048.064	3.088.617	2.919.290	-1,3%	4,4%
CDI	2.910.736	2.556.099	2.326.989	13,9%	25,1%
IPCA	580.827	743.316	612.658	-21,9%	-5,2%
Outros	2.765	3.141	3.207	-12,0%	-13,8%
<i>Custos e encargos antecipados</i>	(9.417)	(4.770)	(6.812)	97,4%	38,2%
Total	6.532.975	6.386.403	5.855.332	2,3%	11,6%

*Dentro do CDI, temos dois empréstimos 4131, um no valor de R\$ 205,8 ao custo de CDI+ 1,85% a.a. e outro de R\$ 183 milhões o custo de CDI + 2,15% a.a.

Evolução do Endividamento Bruto (R\$ milhões)



Cronograma da Amortização da Dívida Bruta (R\$ milhões)



Ônus Fixo pago ao Poder Concedente (Concessionárias Estaduais)

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao Poder Concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 1T16, o montante pago foi correspondente a R\$ 19,3 milhões.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
Total	(19.330)	(19.330)	(18.567)	0,0%	4,1%
Autovias	(2.035)	(2.035)	(1.955)	0,0%	4,1%
Centrovias	(3.045)	(3.045)	(2.925)	0,0%	4,1%
Intervias	(1.895)	(1.895)	(1.820)	0,0%	4,1%
Vianorte	(12.355)	(12.355)	(11.867)	0,0%	4,1%

A variação do valor pago pelo ônus fixo na comparação entre os períodos (em média +4,1%) é devida ao reajuste anual das parcelas de acordo com a variação do IGP-M dos últimos 12 meses, que ocorre na mesma data do reajuste anual das tarifas das concessões estaduais.

Em 31 de março de 2016, o valor real e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Real (R\$ mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	9.181	12.666	21.847	29
Centrovias	13.552	20.831	34.383	26
Intervias	8.767	23.587	32.354	46
Vianorte	53.471	49.750	103.221	23
Total	84.971	106.834	191.805	

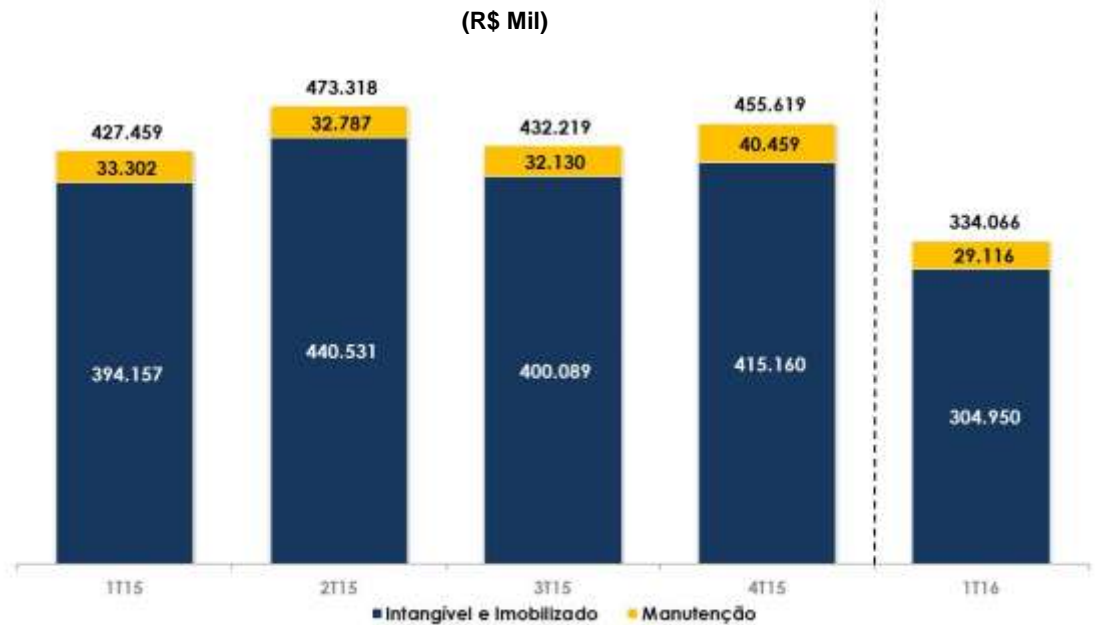
Investimentos e Manutenção de Rodovias

O total de investimentos realizados pela Companhia em suas rodovias no 1T16 foi de R\$ 334,1 milhões. Deste total, R\$ 305,0 milhões foram destinados para obras de infraestrutura (registradas no ativo intangível e imobilizado) em sua grande maioria concentradas nas rodovias federais e R\$ 29,1 milhões corresponderam à manutenção das rodovias estaduais do grupo.

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	1T16		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	12.033	5.398	6.635
Centrovias	5.050	702	4.348
Intervias	21.326	14.328	6.998
Vianorte	11.588	453	11.135
Estaduais	49.997	20.881	29.116
Planalto Sul	38.936	38.936	0
Fluminense	65.608	65.608	0
Fernão Dias	24.077	24.077	0
Régis Bittencourt	82.839	82.839	0
Litoral Sul	67.687	67.687	0
Federais	279.147	279.147	0
Total	329.144	300.028	29.116
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	4.922	4.922	0
Total	334.066	304.950	29.116

Até o final do prazo contratual de todas as concessões, a previsão do **total remanescente de investimentos**, incluindo os montantes relacionados à manutenção das rodovias é de aproximadamente **R\$ 6,6 bilhões**, já incluindo os aditivos assinados pela Companhia até o final de 2014.

Segue total de investimentos da Companhia nos últimos trimestres:



As obras mais relevantes do primeiro trimestre de 2016, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes:



Avenida do Contorno (Autopista Fluminense)

Autopista Fluminense

Ao longo do exercício, a Concessionária manteve o intenso ritmo de obras de duplicação da Rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A obra contempla a duplicação de 176,6 quilômetros da rodovia, dos quais 66,4 quilômetros foram concluídos até o 1T16. Dos 110,2 quilômetros restantes, 57,6 quilômetros estão em obras.



Duplicação BR101-RJ / Macaé – Campos (Autopista Fluminense)



Duplicação da Serra do Cafezal
(Autopista Régis Bittencourt)

Autopista Régis Bittencourt

O projeto da Serra do Cafezal (BR-116/SP), principal obra da concessionária, segue em pleno andamento na execução de suas obras. A companhia já concluiu e liberou ao tráfego 17,9 quilômetros da duplicação, de um total de 30,5 quilômetros, incluindo 2 trevos em desnível. A ANTT aprovou em dezembro de 2014 o reequilíbrio necessário para a continuidade das obras, contemplando a construção de 4 túneis todos em andamento e 42 pontes e viadutos (13 concluídos, 20 em andamento e 9 não iniciadas).



Duplicação da BR – 116/PR
(Autopista Planalto Sul)

Autopista Planalto Sul

A Concessionária tem como principal obra a duplicação de 25,4 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandirituba (PR), que já possui a licença de instalação concedida pelo IBAMA. Deste total, 14,5 km estão concluídos e liberados ao tráfego, entre Curitiba (PR) e Fazenda Rio Grande (PR) e o restante encontra-se em obras até o município de Mandirituba (PR).

Durante o 1T16, foram concluídos 9,9 quilômetros de Ruas Laterais nos municípios de Mafra (SC) e Mandirituba (PR).



Contorno de Florianópolis (Autopista
Litoral Sul)

Autopista Litoral Sul

O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014, logo após a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA para um trecho de 14 quilômetros, posteriormente em maio de 2015 houve a emissão de uma Licença Ambiental retificadora, abrangendo uma extensão total de 47km. Atualmente estão em andamento as obras no Trecho Norte, Trecho Intermediário, com 1 trevo em desnível no km 215+380 e 4 passagens inferiores.

Durante o 1T16, foi construído 1,5 quilômetro de Ruas Laterais e 1 Passagem Desnível Inferior no km 646+05 na BR-376/PR no município de Tijucas do Sul (PR).



Dispositivo de acesso a Ribeirão Preto
(Autovias e Vianorte)

Autovias

Foi iniciada em setembro de 2014, a duplicação de 13,6 quilômetros da SP 318, entre os quilômetros 235 e 249, na região de São Carlos. Trata-se de uma nova obra, que será incluída no contrato de concessão, permitindo a extensão do prazo da concessionária em 6 meses, até maio de 2019, de acordo com a metodologia do fluxo de caixa marginal para o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Intervias

A Companhia concluiu em Fevereiro de 2016 as obras de implantação de 5 quilômetros referente à segunda etapa do Contorno Viário de Mogi Mirim (SP).

Em setembro de 2014 a Concessionária iniciou as obras de duplicação da SP-147, entre Mogi Mirim e Engenheiro Coelho (SP), numa extensão de 20,9 quilômetros.



Contorno de Mogi Mirim (Intervias)

Quadro de Pessoal

A Arteris conta com **5.805 profissionais** em seu quadro de pessoal, dos quais **49,9%** estão alocados nas **concessionárias federais**, **22,0%** nas **estaduais**, **25,4%** nas **construtoras** do grupo e o restante, ou **2,7%** em sua **holding**, conforme demonstrado na tabela a seguir:

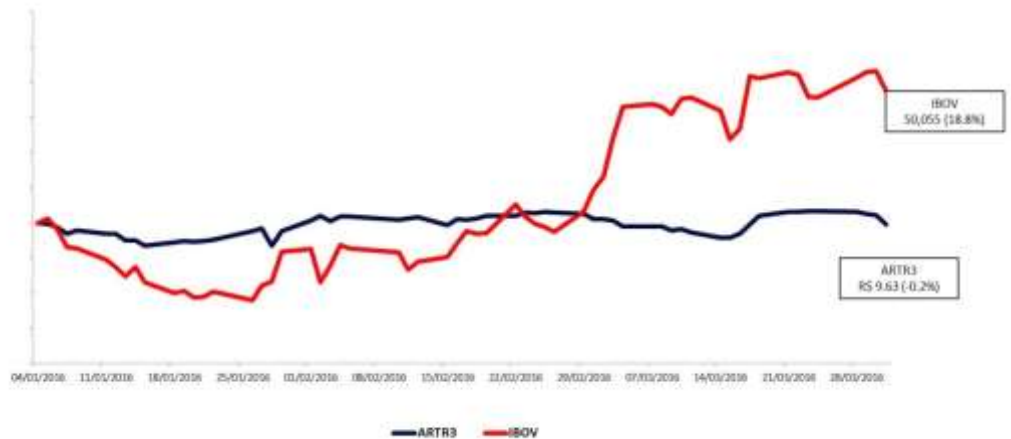
Quadro de Pessoal	1T16	4T15	1T15	Var. 1T16/4T15	Var. 1T16/1T15
Arteris (Holding)	158	162	154	(4)	4
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.280	1.264	1.360	16	(80)
Autovias	309	306	310	3	(1)
Centrovias	273	271	280	2	(7)
Intervias	417	421	520	(4)	(103)
Vianorte	281	266	250	15	31
<i>Concessionárias Federais</i>	2.894	2.963	2.818	(69)	76
Litoral Sul	631	690	613	(59)	18
Planalto Sul	351	352	268	(1)	83
Fluminense	482	480	451	2	31
Fernão Dias	818	827	867	(9)	(49)
Régis Bittencourt	612	614	619	(2)	(7)
Latina Manutenção	1.311	1.428	1.655	(117)	(344)
Latina Sinalização	162	157	170	5	(8)
Total	5.805	5.974	6.157	(169)	(352)

Mercado de Capitais

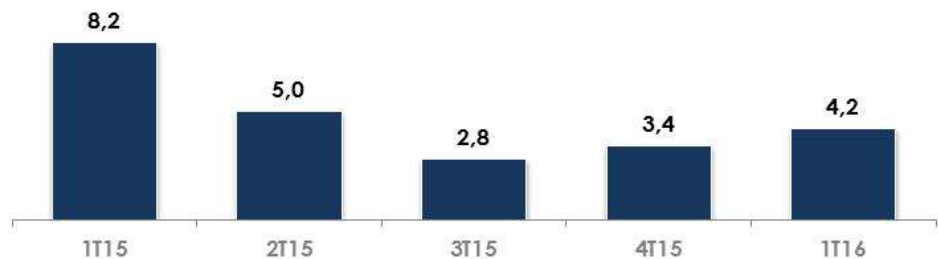
O **valor de mercado** da Arteris ao final do **1T16** totalizou **R\$ 3,3 bilhões**, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 9,63 por ação em 31/03/16. Esse preço corresponde a uma **desvalorização** de **0,2%** desde o início do ano. No mesmo período, o **Índice Ibovespa** apresentou **valorização** de **18,8%**.

Negociadas sob o código **ARTR3**, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e **movimentaram** cerca de **R\$ 255,7 milhões** no trimestre.

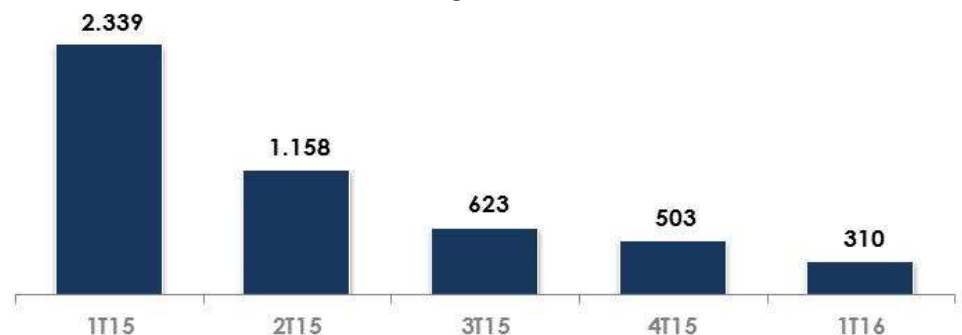
Evolução das Ações ARTR3 vs. Ibovespa (1T16)



Volume Financeiro - Média diária - (R\$ Milhões)



Número de Negócios - Média diária



Média Diária	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
NP de Negócios	310	503	2.339	-38,4%	-86,7%
NP de Ações Negociadas	447.282	358.190	806.892	24,9%	-44,6%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	4,3	3,4	8,2	25,3%	-48,0%

Oferta Pública de Aquisição de Ações

Em 30 de abril de 2015, a Companhia informou ao mercado manifestação de interesse por parte de seus acionistas controladores de realizar uma Oferta Pública de Aquisição de Ações da Arteris para fins de cancelamento de registro de companhia aberta como emissora categoria A e Saída do Novo Mercado. No momento o processo encontra-se sob análise da CVM. Acionistas controladores aguardam confirmação da CVM para proceder com a publicação do edital e realização da oferta.

Cronograma resumido da OPA:

- † 25 de Agosto de 2015: AGE – BNP Paribas foi escolhido para elaboração do Laudo de Avaliação
- † 22 de Setembro de 2015: Disponibilidade do Laudo de Avaliação (intervalo de valor: R\$ 8,74 e R\$ 9,55)
- † 23 de Setembro de 2015: Participes em Brasil S.L. informa seguir procedimento da OPA
- † 21 de março de 2016: Disponibilidade do novo Laudo de Avaliação contemplando exigências da CVM relativas a diversos ofícios (novo intervalo de valor: R\$ 8,86 a R\$ 9,58)
- † 23 de março de 2016: Participes em Brasil S.L. informa seguir procedimento da OPA
- † 12 de abril de 2016:CVM deferiu para o pedido da OPA
- † 17 de maio de 2016: Data prevista do leilão

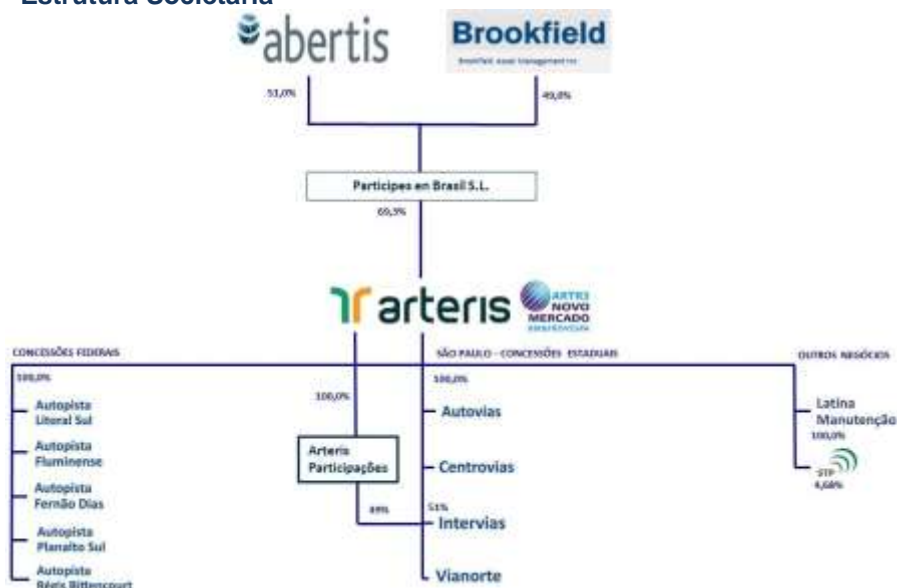
Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão em 31 de março de 2016, representado por uma única classe de 344.444.440 ações ordinárias.



Data Base: 31/03/2016

Estrutura Societária



Carteira de Ativos da Concessão

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Estaduais					
Autovias	316,6	5	Ago-18	Mai-19	IGP-M
Centrovias	218,2	5	Jun-18	Jun-19	IGP-M
Intervias	375,7	9	Fev-20	Abr-28	IGP-M
Vianorte	236,6	4	Mar-18	Mar-18	IGP-M
Federais					
Planalto Sul	412,7	5	n.a.	Fev-33	IPCA
Fluminense	320,1	5	n.a.	Fev-33	IPCA
Fernão Dias	562,1	8	n.a.	Fev-33	IPCA
Régis Bittencourt	401,6	6	n.a.	Fev-33	IPCA
Litoral Sul	405,9	5	n.a.	Fev-33	IPCA

Informações divulgadas pela Abertis

As informações financeiras e operacionais trimestrais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.L., sociedade controladora de 69,3% da Arteris.

A seguir apresentamos a evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego. O IMD representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

IMD	1T16	1T15	Var%
Estaduais	11.966	12.317	-2,8%
Autovias	11.414	11.856	-3,7%
Centrovias	14.272	14.593	-2,2%
Intervias	9.748	10.033	-2,8%
Vianorte	14.146	14.505	-2,5%
Federais	22.033	22.506	-2,1%
Planalto Sul	6.833	6.900	-1,0%
Fluminense	16.173	17.315	-6,6%
Fernão Dias	24.673	25.292	-2,5%
Régis Bittencourt	21.655	22.647	-4,4%
Litoral Sul	38.764	38.414	0,9%
Total	18.467	18.896	-2,3%

Perfil Corporativo

A Arteris é a companhia do setor de concessões rodoviárias do Brasil com a maior extensão de quilômetros administrados. São 3.250 quilômetros sob gestão de suas nove concessionárias nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina: Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Autopista Fernão Dias, Autopista Fluminense, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Régis Bittencourt. A Arteris é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. É controlada pela Abertis e pela Brookfield Motorways. Saiba mais: ri.arteris.com.br

Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da Arteris. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Arteris em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

ANEXO 1

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL			
(Em milhares de reais)			
ATIVO	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	498.757	488.529	1.094.166
Contas a receber	165.834	153.130	141.204
Contas a receber - partes relacionadas	260	0	214
Estoques	10.688	8.866	8.572
Despesas antecipadas	17.370	18.622	14.052
Impostos a recuperar	83.696	83.846	53.915
Dividendos a Receber	5.674	6.223	0
Aplicações financeiras vinculadas	40.646	154.171	13.043
Outros créditos	5.155	4.977	4.037
Total do ativo circulante	828.080	918.364	1.329.203
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	90.609	85.872	90.171
Cauções contratuais	0	24	68
Impostos a recuperar	15.390	10.449	0
Despesas antecipadas	704	150	33
Imposto de renda e contribuição social diferidos	285.302	256.591	189.449
Depósitos judiciais	118.942	111.437	87.476
Outras contas a receber	8.293	8.164	8.434
Investimentos	1.053	1.053	1.053
Imobilizado	61.581	62.414	61.824
Intangível	8.856.456	8.627.052	7.649.394
Total do ativo não circulante	9.438.330	9.163.206	8.087.902
TOTAL DO ATIVO	10.266.410	10.081.570	9.417.105
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	604.379	234.496	209.593
Instrumento Financeiro Derivativo	37.794	0	0
Debêntures	1.730.006	1.726.915	897.083
Fornecedores	121.835	139.391	127.107
Obrigações sociais	80.859	78.487	70.234
Obrigações fiscais	70.528	63.663	58.188
Contar a pagar - partes relacionadas	152	0	152
Cauções contratuais	73.969	78.189	64.392
Dividendos propostos	33.270	33.270	27.029
Credores pela concessão	82.779	79.765	74.725
Taxa de fiscalização	3.820	3.519	3.454
Provisão para manutenção em rodovias	202.897	173.524	130.311
Provisão para investimentos em rodovias	61.516	56.711	71.062
Adiantamento seguros	798	3.902	6.861
Outras contas a pagar	9.971	15.289	13.540
Total do circulante	3.114.573	2.687.121	1.753.731
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	2.837.227	2.885.688	2.730.347
Debêntures	1.323.569	1.539.304	2.018.309
Credores pela concessão	93.232	108.926	150.192
Receita diferida	0	0	115
Imposto de renda e contribuição social diferidos	59.857	62.870	85.828
Provisão para manutenção em rodovias	482.688	457.361	425.618
Provisão para investimentos em rodovias	58.611	63.604	50.370
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	16.634	17.517	15.446
Outras contas a pagar	20.507	14.330	1.640
Total do exigível a longo prazo	4.892.325	5.149.600	5.477.865
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	1.033.198	1.033.198	873.822
Reserva legal	130.798	76.933	123.793
Reserva de lucros	1.117.787	1.156.989	1.210.165
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Total do patrimônio líquido	2.259.512	2.244.849	2.185.509
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.266.410	10.081.570	9.417.105

ANEXO 2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T16	4T15	1T15	Var% 1T16/4T15	Var% 1T16/1T15
RECETA OPERACIONAL BRUTA	933.043	1.015.880	974.041	-8,2%	-4,2%
Receitas de pedágio	621.200	624.263	599.007	-0,5%	3,7%
Estaduais	339.189	370.287	333.985	-8,4%	1,6%
Autovias	81.977	88.505	81.392	-7,4%	0,7%
Centrovias	89.348	96.939	86.970	-7,8%	2,7%
Intervias	91.704	101.337	90.839	-9,5%	1,0%
Vianorte	76.160	83.506	74.784	-8,8%	1,8%
Federais	282.011	253.976	265.022	11,0%	6,4%
Planalto Sul	30.639	26.966	28.283	13,6%	8,3%
Fluminense	46.494	43.464	44.646	7,0%	4,1%
Fernão Dias	63.178	61.539	61.539	2,7%	2,7%
Régis Bittencourt	78.197	65.936	70.803	18,6%	10,4%
Litoral Sul	63.503	56.071	59.751	13,3%	6,3%
Outras receitas	10.586	5.751	21.993	84,1%	n.a.
Receitas de obras	301.257	385.866	353.041	-21,9%	-14,7%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(55.776)	(55.248)	(55.112)	1,0%	1,2%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	877.267	960.632	918.929	-8,7%	-4,5%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(653.071)	(775.410)	(656.711)	-15,8%	-0,6%
LUCRO BRUTO	224.196	185.222	262.218	21,0%	-14,5%
DESPESAS (RECETAS) OPERACIONAIS	(37.107)	(58.118)	(47.475)	-36,2%	-21,8%
Gerais e administrativas	(33.606)	(61.729)	(42.055)	-45,6%	-20,1%
Remuneração da administração	(5.033)	(3.116)	(5.671)	61,5%	-11,3%
Despesas tributárias	(111)	(683)	(854)	-83,7%	-87,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.643	7.410	1.105	-77,8%	48,7%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(152.132)	(145.647)	(121.720)	4,5%	25,0%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	34.957	(18.543)	93.023	n.d.	-62,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(21.455)	6.550	(36.291)	n.d.	-40,9%
Corrente	(53.139)	(42.955)	(46.302)	23,7%	14,8%
Diferido	31.684	49.505	10.011	-36,0%	216,5%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	13.502	(11.993)	56.732	n.d.	-76,2%

ANEXO 3

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
(Em milhares de reais)		
	1T16	1T15
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	13.502	56.732
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	141.475	124.126
Baixas de ativos imobilizados	12.092	13.008
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(31.684)	(10.011)
Varição monetária e juros sobre credores da concessão	6.674	6.037
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(7.334)	(5.319)
Juros e variações monetárias de empréstimos	(5.334)	31.812
Juros e variações monetárias de debêntures	116.823	104.964
Instrumento Financeiro Derivativo	37.794	0
Despesas Financeiras AVP	10.151	16.602
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	67	1.215
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	74.209	18.397
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(11.969)	12.858
Contas a receber - partes relacionadas	(260)	0
Estoques	(1.822)	1.378
Despesas antecipadas	698	1.276
Impostos a recuperar	(2.246)	(5.339)
Outros créditos	(178)	2.769
Cauções contratuais	24	0
Depósitos judiciais	(1.087)	(21.117)
Outras contas a receber	(129)	(8.200)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(30.580)	13.709
Fornecedores - partes relacionadas	0	0
Cauções contratuais	(11.092)	833
Obrigações sociais	2.372	(6.581)
Obrigações fiscais	30.514	34.394
Imposto de renda e contribuição social pagos	(32.664)	(56.763)
Receita diferida	0	(346)
Adiantamentos para seguros	0	0
Sinistros Recebidos	(3.104)	0
Outras contas a pagar	5.859	6.629
Credores pela concessão	(24)	(53)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(950)	(966)
Pagamento de juros	(196.195)	(189.643)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	116.763	143.180
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(2.397)	(4.698)
Adições ao intangível	(331.669)	(422.761)
Aplicações financeiras vinculadas	(84.349)	(35.914)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	198.086	196.163
Recebimento de dividendos	549	0
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(219.780)	(267.211)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captações		
Empréstimos e financiamentos	388.750	66.675
Emissão de Debêntures	0	0
Pagamento de juros e principal	(256.175)	(240.363)
Pagamento de credores pela concessão	(19.330)	(18.567)
Pagamento de dividendos	0	0
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	113.245	(192.255)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.228	(316.285)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	488.529	1.410.451
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	498.757	1.094.166

GLOSSÁRIO

Ajuste a Valor Presente (AVP): Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente", ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.

Atualização Monetária do Ônus Fixo: Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

Concessionárias Estaduais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A Arteris administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

Concessionárias Federais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A Arteris administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

Custos com o Poder Concedente: São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

EBITDA e Margem EBITDA: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

Para o cálculo da margem EBITDA, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada: EBITDA ajustado pelas reversões da provisão para manutenção de rodovias. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional. Para o cálculo da margem EBITDA ajustada, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA ajustado.

Grau de Alavancagem: A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA Ajustado pela reversão da provisão para manutenção, menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

Ônus Fixo: De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI: O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no para-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

Poder Concedente: A União, o Estado, o Distrito Federal ou Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra, objeto de concessão ou permissão. (Lei Nº 8.987, de 1995 - Artigo 2 - CF. Artigo 1). O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato. O poder concedente conta com as agências reguladoras (ARTESP no estado de São Paulo e ANTT para o governo federal) para acompanhar e fiscalizar os serviços delegados de transportes e regular o programa de concessões rodoviárias.

Provisão para Manutenção: Estimativa dos desembolsos necessários para liquidar as obrigações presentes de manter a infraestrutura em níveis de operacionalidade definidos contratualmente considerando os desgastes derivados de seu uso. A Concessionária deverá constituir provisão com base em sua melhor estimativa dos desembolsos necessários para manter um determinado nível de serviço ou recuperar a infraestrutura dos níveis de operacionalidade antes de entregar ao poder concedente no fim do período de vigência da concessão, conforme definido contratualmente.

Reajuste de Tarifas: Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. A partir do reajuste a ser realizado no dia 1 de julho de 2013 o IGP-M será substituído pelo IPCA como base de reajuste. Os desequilíbrios econômico-financeiros provenientes da alteração do indexador serão avaliados bianualmente e reequilibrados com o tempo de contrato. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

Receitas e Custos de Construção: São uma representação contábil, não caixa, advindas das novas regras trazidas pelo IFRS, que buscam traduzir o montante de investimento da Companhia em seu intangível. O valor registrado como receita de obra é exatamente o mesmo registrado como custo de obras, ou seja, seus efeitos não alteram a composição dos resultados da Companhia.

Veículos-Equivalentes: A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.